

O furto da Igreja Matriz de Cuiabá: uma análise das redes de sociabilidade escrava na capital da província de Mato Grosso (1866) através da análise de processos crimes.

- ANTUTERPIO DIAS PEREIRA¹

Neste artigo analisaremos as relações de sociabilidades criadas pelos escravos na Capital da Capitania de Mato Grosso através do relato dos envolvidos no furto da Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a Matriz, realizada pelo escravo de ganho Salvador e pelo Soldado Pedro Celestino em 1866. O processo crime analisado se encontra no Arquivo Público de Mato Grosso na cidade de Cuiabá. A documentação cartorária específica, pertence ao 2º ofício (Tribunal da Relação), que abriga os processos criminais e as ações de liberdade referentes ao Período Imperial. Os relatos descritos abaixo estão baseados no depoimento do escravo Salvador e do Soldado Pedro Celestino².

Para facilitar a leitura e a compreensão dos leitores atualizamos a escrita e a forma de falar dos sujeitos e corrigimos os erros gramaticais. Neste texto não queremos em hipótese alguma neste texto fazer uma apologia às relações escravistas baseadas no “paternalismo escravocrata” e muito menos “reabilitar a escravidão”. Ela foi, sem nenhuma sombra de dúvida, violenta, horrorosa, desumana, um crime contra a humanidade de milhões de negros brasileiros e africanos, com conseqüências desastrosas para seus descendentes.

Cuiabá era, na década de 1860, uma pequena e atrasada capital da província do Brasil Imperial com uma população decrescente, segundo Peraro (2001) no ano de 1862 tinha 37.538 habitantes e em 1867 tinha 30.117 habitantes. Por ser a sede do Governo a

¹ Antutério Dias Pereira, é aluno do Doutorado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGH/UFGD.

² Tribunal da Relação – 2º Ofício, Processo 278/1866, Caixa 12 – Arquivo Público de Mato Grosso.

cidade abrigava na parte central, no primeiro distrito ou Freguesia da Sé, os principais sobrados de ricos senhores e os prédios onde se aglomeravam a Câmara Municipal, a cadeia, a Matriz, a Tesouraria Provincial, o Correio, o Comando da armas, a Repartição da Polícia e o Palácio Presidencial.

A população pobre construía as suas moradias em um pequeno vale à margem direita do Córrego da Prainha, seguindo o córrego em direção ao rio Cuiabá, onde se localiza o Segundo Distrito a Freguesia de São Gonçalo de Pedro Segundo³.

O poder constituído procurou nomear as suas ruas em homenagem aos heróis nacionais e locais. Porém, o povo criou a sua própria nomenclatura para designar as ruas de Cuiabá, geralmente o nome popular estava vinculado as suas características físicas, geográficas, culturais e históricas: Rua de Baixo, Rua de Cima, rua do Meio, Rua da Boa Morte, rua do Cemitério Público, Beco Sujo, Beco Quente, Beco do Candeeiro, Beco Torto, Beco da Botica e a Rua da Bela do Juiz, que será destacada neste texto, que abrigava em sua parte central as residências mais elegantes e começava no Largo da Matriz e rumava em direção ao distrito de São Gonçalo de Pedro Segundo.

A chamada elite local, segundo Machado (2006), pequena em números, mas poderosa em relação à população de livres pobres, libertos e escravos, compunha-se de comerciantes bem arranjados, de importadores exportadores bem sucedidos e de grandes proprietários de terras e de escravos, possuir 20 ou mais escravos representava um sinal evidente de riqueza.

Havia um seguimento médio formado por oficiais militares, médicos, dentistas, advogados, magistrados, chefes de polícia, promotores e membros do clero. No ultimo segmento estavam os livres pobres e escravos. Grande parte deles não possuía profissão declarada e provavelmente sobreviviam de trabalhos temporários.

³ São Gonçalo pertence, atualmente, ao município de Cuiabá e localiza-se ao sul da capital, na margem esquerda do Rio Cuiabá e foi até o início do século XX, conhecido como São Gonçalo Velho, pertencente a Freguesia de Pedro Segundo. Ver KERCHE, Neusa Maria Erthal. Comunidade São Gonçalo: História, lendas e tradições. Cuiabá, Editora Centro América, 2004.

Nesta Cuiabá do oitocentos rapidamente descrita, em um dia quente de 16 de julho de 1866, um escravo de ganho, cuja profissão era alfaiate, de propriedade de Manoel Joaquim Teixeira, denominado de Salvador, com 20 anos de idade, filho da também escrava Maria que pertencia ao mesmo dono, de pai ignorado, participava da procissão de Nossa Senhora do Carmo e durante o cortejo pelas ruas tortuosas de Cuiabá encontrou com o Soldado do 5º Batalhão de Artilharia em Pé, Pedro José Celestino⁴, que após uma conversa amigável o convidou a realizar um furto dos adereços da imagem da Santa homenageada. Salvador reluta, amedrontado, lembra ao soldado da impossibilidade de entrar na Igreja Matriz e realizar o “serviço”.

Os dois continuaram a acompanhar a procissão que entra na Igreja Matriz, que foi levantada em 1722, pelo Capitão Mor Jacinto Barbosa Lopes, ou seja desde o início da formação do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, esta construção teve lugar de destaque, a sua posição de poder deve ser ressaltada, para Carlos Alberto Rosa,

“ A Igreja do Cuiabá foi dedicada ao Bom Jesus, invocação do Passo do Ecce Homo, não a mais a invocação de Nossa Senhora da Penha da França dos tempos do Coxipó Mirim. A diferenciação espacial e invocatória marcava mudanças políticas e econômicas. Como Igreja feita sede de freguesia, ou Matriz, o templo tornou-se pólo de atração, emanando eixos, em particular lavras e porto. (...), como centro simbólico do aglomerado, a Matriz passou a exercer atração sobre os signos do poder (...). se toda igreja era morada do Santíssimo Sacramento, templo da Eucaristia. Espaço sagrado do duplo e uma mistura maior, Encarnação e Eucaristia.” (ROSA, 2005:83)

A Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (Matriz) competia a tarefa de redefinir os espaços que estavam à sua volta, a cadeia, a Câmara, o palácio do governo, dada a sua

⁴ Tribunal da Relação – 2º Ofício, Processo 278/1866, Caixa 12 – Arquivo Público de Mato Grosso. P 36

importância ditada pelo tempo e pela fé, era a fonte emanadora do poder secular (espiritual) na região, referencial de luzes e estava para ser furtada.

O escravo Salvador e o soldado Pedro Celestino após o termino da procissão foram a Rua da Boa Morte na casa de João Batista, onde arranjaram um pouco de aguardente. Provavelmente nesta casa funcionava uma taverna que vendia bebidas, ou melhor, aguardente pura ou “batizada” (misturada com raízes ou folhas), que era uma poderosa arma para nivelar as diferenças sociais e aproximar os brancos e negros livres e escravos na cidade de Cuiabá em 1865, “ De um número de 330 casas comerciais recenseadas em 1865, praticamente 55% desse total era representada por tavernas”. (Machado, 2006: 39)

Depois de saírem da casa de João Batista, bêbados, corajosos e prontos para enfrentarem o mundo, passam em frente da Igreja Matriz e percebem que uma das janelas da sacristia estava com a fachada aberta. Encorajados pelo álcool e premiados pela sorte. O soldado Pedro Celestino tenta passar pelas grades mas não consegue. Porém, o escravo salvador, por ser mais magro, consegue entrar no interior da Igreja e subindo ao altar- mor retirou o resplendor da cabeça do Senhor Deus Menino e a Coroa da cabeça de Nossa Senhora do Carmo, ambas peças de ouro. Ele pega também algumas velas e restos de ceras, sobe até o coreto e retira 5(cinco) candelabros de louça de cor vermelha.

Enquanto Salvador furtava a Igreja, Pedro Celestino ficava vigiando e recebendo as mercadorias surripiadas pelo seu comparsa. O soldado estava se aproveitando da falta de iluminação pública que devido aos poucos recursos do Governo Provincial Matogrossense somente foi implantada no Período Republicano.

Eram aproximadamente oito ou nove horas da noite quando concluíram a “tarefa”, e saíram tranquilamente pelas ruas da cidade em direção a uma chácara que ficava no final da Rua da Boa Morte onde ocultaram os objetos e pernoitaram.

No dia 17 de julho de 1866 os dois foram a São Gonçalo de Pedro Segundo e venderam, ou melhor, trocaram as velas e ceras por galinhas e galos produto este que foi repartido entre os dois. O resplendor e a coroa ficaram aos cuidados de Salvador, que os despedaçou para não serem reconhecidos e facilitar a venda.

Para realizar a venda do ouro, o escravo Salvador, procurou várias pessoas, dentre elas podemos citar José Ferreira Velho, 29 anos, morador de Cuiabá, na rua do Cemitério Público, solteiro, homem que “vive de suas agências”, analfabeto, na sua casa oferecendo diferentes pedaços de ouro e u globo também de ouro, pesando tudo seis oitavas e três quartos pela quantia de 18\$000 (dezoito mil réis), quantia esta que foi entregue a Salvador. Ou seja, ele usa da sua rede de solidariedade para vender o produto do furto.

Salvador procurou também, Gervásio Rodrigues, de 25 anos de idade, solteiro, morador em Cuiabá, soldado do 3º Corpo da Guarda da Província, na sua casa em São Gonçalo Velho, e lhe oferece uns pedaços de ouro e uma coroa que foi comprado por ele por 16\$000 (dezesseis mil réis).

Se analisarmos neste momento os dois compradores de ouro podemos ver que ambos tinham um relacionamento com Salvador, por isso foram procurados por ele. Nos depoimentos eles alegam desconhecimento do furto e que não reconheceram o ouro como sendo das imagens santas. O escravo Salvador usa da sua rede de amigos para sobreviver e até mesmo juntar um pecúlio para comprar a sua liberdade. Mas será que este era mesmo a sua idéia? Será que estamos romantizando a história? Ou idealizando o simples furto? Mas porque ele procurou justamente estas pessoas? E não outras?

Continuando a sua trajetória de comerciante de ouro por Cuiabá, no dia 22 de julho Salvador vai a casa do Oficial de Ourives, José de Arruda e Silva, 35 anos, casado, morador na Rua Bela do Juiz, e encomenda-lhe um par de brincos grandes, para o que lhe dava uma porção de ouro velho, que foi buscar.

O Escravo salvador procura o ourives para lhe encomendar um par de brincos grandes. Provavelmente para presentear alguma futura pretendente alargando ainda mais as suas redes de sociabilidade e forjando o que podemos chamar uma futura rede de solidariedade. Ao ser amante dos prazeres “etílicos e do belo sexo” ele demonstra que estava inserido na sociedade e percebia que a liberdade estava vinculada a ter dinheiro que podia lhe abrir as portas do coração de uma mulher. Será que amor e liberdade não seriam as grandes motivações para o furto?

Quando o escravo voltou com o ouro não encontrou o ourives apenas a sua esposa Ana Francisca do Carmo (Ana Pedrosa) de 45 anos, e lhe ofereceu uns pedaços de ouro que logo foram reconhecidos por Ana como parte do resplendor do Senhor Menino Deus e parte da Coroa de Nossa Senhora do Carmo. Ela começou a gritar por socorro, ladrão e o mesmo se pôs a correr, sendo preso logo em seguida por dois soldados do 5º Batalhão de Artilharia a Pé, seu comparsa Pedro Celestino conseguiu fugir. Mas foi preso três dias depois.

O soldado do 5º Batalhão de Artilharia a Pé, Pedro José Celestino, de 30 anos de idade, filho legítimo de Francisco Dias da Fonseca e de Maria Francisca Cardozo, analfabeto, no depoimento negou a sua participação no furto da Matriz, jogando toda a culpa sobre o Escravo Salvador. Porém, não negou que conhecia o escravo, confirmou que o acompanhou a casa de Ana Pedrosa e que viu ele oferecer os objetos de ouro a mesma. Mas, não se recordava que tinha ido com o escravo na rua da Boa Morte, em uma Taverna, de um tal Luis que morava atrás do cemitério Público. Relatou que nesta ocasião viu Salvador oferecer ao taverneiro um pouco de ouro, mas não sabia precisar se era em pó, ou em pedaços que foi comprado por 2\$000 (dois mil réis). Ao ser questionado sobre a sua fuga em desabalada carreira da casa de Ana Pedrosa, respondeu que apenas se retirou para a Fabrica de Pólvora, local onde estava destacado, e de lá só saiu, quando o cabo Berlamino foi lhe buscar.

Perguntado como a coroa de Nossa Senhora do Carmo foi parar em suas mãos? Respondeu que na fuga de Salvador este a entregara a ele que a escondeu no mato (atrás da Rua da Boa Morte, sendo que mais tarde a devolveria ao escravo. Quando foi preso, voltou ao lugar onde se achava a coroa escondida, acompanhado de duas praças mais o cabo Belarmino e a entregou ao Senhor Doutor Chefe de Polícia. E que só por ignorância é que realizou este procedimento.

Das 7 testemunhas elencadas no processo, 05 eram homens e duas mulheres apenas Anna Pedrosa, esposa do ourives José de Arruda e Silva, é que viu os dois juntos, na hora que Salvador foi atrás de seu marido e lhe ofereceu o ouro em pedaços.

O escravo Salvador, de propriedade de Manoel Joaquim Teixeira, foi condenado a 150 açoites, a andar por 6 mês es com um ferro no pescoço e a pagar as custas processuais no valor de 92\$000 (noventa e dois mil réis).

O soldado Pedro José Celestino foi absolvido pelo júri por falta de provas.

Percebemos que os processos sócio históricos devem ser analisados em escalas reduzidas, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como o resultado de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas de sobrevivências e quiçá resistências individuais e coletivas de escravos e negros livres.

Esta história nos mostra que uma visão simplista das formas básicas de relacionamento na sociedade escravista, não pode mais ser sintetizada em uma dicotomia muito enraizada na cultura brasileira. Explicando a complexa realidade dos escravos a partir de dois pontos de vista: o escravo dócil e o escravo rebelde ou “De um lado, Zumbi dos Palmares, a Ira Sagrada, o treme-terra; de outro o Pai João, a submissão conformada.”

E muito menos propor que os escravos se auto representavam como seres incapazes de ação autônoma ou seja, os negros seriam incapazes de produzir valores e normas próprias que orientassem a sua conduta social. Salvador é a prova de que os

escravos eram articulados com a sociedade na qual estavam inseridos. O furto não foi programado, mas a venda sim. Ele sabia para quem vender, ele conhecia as pessoas que podiam comprar a sua mercadoria.

Com Jacob Gorender, a teoria do escravo coisa tem prosseguimento ao defender a idéia de que o “oprimido pode chegar a ver-se qual a vê o seu opressor e o primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o seu senhor à fuga do cativeiro”. Os negros oscilariam entre a passividade e a rebeldia e a única forma de negarem a coisificação social era o inconformismo. Salvador era inconformado? Diria que é um sobrevivente, que fará de tudo para sobreviver na sociedade escravocrata. Porque não fugiu com o ouro? Porque preferiu recorrer a sua rede de sociabilidade (amizade, conhecidos) para vender o ouro da igreja Matriz?

São muitas as perguntas e múltiplas as respostas e nem sempre muito precisas, foram 3 séculos de cativeiros, alforrias durante as quais as relações sociais jamais se estratificaram, ao contrário evoluíram numa conjuntura dialética e desigual.

A escravidão não transforma os negros, segundo Sidney Chaloub, em seres “incapazes de ação autônoma”; nem em passivos receptores de valores senhoriais e muito menos em rebeldes heróicos e indomáveis. Na construção e manutenção de suas estratégias de resistências, os escravos, alforriados criaram uma singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata. Eles sabiam manipular as cartas certas no trato com os brancos. Para André Rosemberg os libertos tinham mais chance de explorar as várias possibilidades nesta negociação velada. Enquanto que cotidianamente para Maria Cristina Wissembach, os escravos e libertos, tiveram que sobreviver e improvisar respostas compatíveis à sua luta diária contra a escravidão. Transformando os mecanismos da discriminação, da segregação, da falta de recursos e da ausência de instituições que lhes amparassem, num árduo aprendizado da experiência da liberdade. Deixar de ser escravo não era garantia de ser livre, a liberdade tinha que ser assegurada a cada dia, através da luta em todos os sentidos.

Negros como: José, o africano; José Antonio; Anna Nagô, Manoel, Inocência; Joaquina; Ricardo, nagô; Bonifácio; Florentino; Macário; Maria Benguella; Rita nagô, Apolinário; Mariana; Leocádia Benguella; Julião Congo; Cazemiro Congo; Firmino Benguela; Cláudio Congo; João Cabinda; Josefa; José, Salvador e muitos outros⁵. Não podem ser explicados sem percebermos que a História do negro no Brasil e na Província de Mato Grosso, não pode ser compreendida sem a referência explícita ao preconceito racial que normatizou a organização da vida escrava e forra na colônia, no Império e na República.

As relações de sociabilidade entre os escravos e libertos e os brancos se estabelecem em função, sobretudo, da identidade cultural entre eles. Elas podem acontecer em situação de extrema desigualdade social e econômica ao analisarmos a situação do soldado Pedro Celestino e do escravo Salvador ambos são pobres e estão nos mais baixos estamentos sociais.

Para a historiadora Silvia Hunold Lara, considerada por Alyson Luiz Freitas de Jesus a fundadora da nova historiografia brasileira sobre a escravidão, os forros e os escravos são agentes históricos que a partir do contato diário passaram por um intenso processo de trocas culturais. Uma recente re-análise dos documentos cartoriais nos fez formular algumas questões fundamentais em relação ao tema: os escravos construíram uma racionalidade própria? Qual era a função da experiência e das relações pessoais? Por que sabemos que a luta pela liberdade envolvia um sentimento de união e solidariedade entre os que saíam vitoriosos e se envolviam em projetos de alforria de familiares e parentes mobilizando toda uma rede social.⁶ Mas como escravos montavam essas redes? De que forma isso era percebido pelos senhores? Existiu uma relação mais próxima entre escravos e não escravos? Existiram em Mato Grosso as relações de apadrinhamento? Compadrio?

⁵ Levantamento baseado na documentação encontrada durante as pesquisas realizadas entre 2009 a 2011 no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e no Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDHIR/UFMT); Arquivo Público de Mato Grosso do Sul (APMS).

⁶ Conforme aparecem nas ações de liberdades pesquisadas no Tribunal de Relação da Província de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – doc. 236. Ano 1886

“A idéia de que se pode revelar muito olhando com atenção para um lugar onde aparentemente nada acontece sugere, se não um procedimento, ao menos a qualidade de uma observação ou de uma perspectiva frente aos objetos da análise. Uma atitude intelectual que se alimenta da convicção de que o olhar através do microscópio, o interesse pelo minúsculo, ou mesmo no limite, pela miudeza e por aquilo que mais facilmente se negligencia, pode revelar dimensões inesperadas dos objetos e, com sorte, perturbar convicções arraigadas no domínio da história.” (LIMA, 2006:13)

A abordagem micro-analítica tornou possível uma releitura dos fenômenos maiores, muito além de um terreno de observação particular. O que a história do moleiro Menocchio ajuda a entender são as dimensões sociais dessa experiência. Mediante o estudo intensivo e aproximado de configurações e processos sociais, ela assume, portanto, a tarefa de compreender como as configurações se constituem, convivem e de como os movimentos ou transformações coletivas são possíveis, a partir da ação dos atores como sujeitos sociais envolvidos. E percebe-se que os limites da submissão eram muito flexíveis e estavam a todo momento sendo testados e ampliados pelos escravos enquanto sujeitos históricos.

Referência Bibliográfica

ALYSSON, Luiz Freitas de Jesus. **No sertão das Minas: violência e liberdade 1830-1888**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. P 28

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo**. Campinas SP, Editora da Unicamp, 2010.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas- SP, Editora da Unicamp, Cecult, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro- RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma historia das ultimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Laços da Senzala, Arranjos da Flor de Maio: relações familiares e de parentescos entre a população escrava e liberta de Juiz de Fora (1870-1900)**. Niterói. PPGH. Universidade Federal Fluminense – ICHS. Dissertação de Mestrado. DEPTO de Historia, 2007

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 34^a. Rio de Janeiro: Record, 1998

GINZBURG, Carlo. **A micro-historia e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989

GINZBURG. Carlo. **O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Porto Feliz /São Paulo 1798-1850. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. P 183

JESUS, Nauk Maria. **Saúde e Doença: Práticas de Curas no Centro da América do Sul (1727 a 1808)**. Cuiabá – MT. PPGH-UFMT. Dissertação de mestrado. mimeo

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 a 1808**. Paz e Terra, 1998

LIMA, Henrique Spada. **A micro historia italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais**. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006

MACHADO, Maria Helena P.T. **O Plano e o Pânico: Movimentos sociais na Década da Abolição**. 2.ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MATOS, Hebe M. & RIOS, Ana L. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

MENDONÇA, Joselí Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis – a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais. Escravidão e resistência no sul de Mato Grosso. Séculos XVIII e XIX**. Passo Fundo: EdUPF-Coleção Malungo 15, 2008.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1995.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês na Bahia em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

REIS, João J. & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negro no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)**. Síntese Instrumental da Tese de Doutorado. Cuiabá, 1998; mimeo

ROSEMBERG, André. **Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos na década de 1880**. São Paulo: Alameda, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SENA, Ernesto Cerveira. **Entre arnarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório de Mato Grosso (1834-1870)**. Brasília: PPGH/ Universidade de Brasília. 2006 (Tese de doutorado).

SLENES, Robert W. **“Lares negros, olhares brancos: historias das famílias escrava no século XIX”** in Revista Brasileira de Historia. Mar/Ago. 1988. V. 8, nº 10, p 96-166. Mimeo

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TAVARES, Valdiva de Matos. **A mulher escrava em Cuiabá: espaços de visibilidade e de subordinação 1870 - 1888**. Cuiabá. Especialização em Metodologia da História UFMT. Mimeo.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888.** Cuiabá – MT. Marco Zero/EdUFMT, 1993

WISSEMBACH, Maria Cristina C. **Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros no Município de São Paulo, 1850 -1880.** 2ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.